



**ACÓRDÃO Nº 922/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 2417/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Manaus Previdência – MANAUSPREV.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Sra Danielle Vasconcelos Correa Lima Leite, Diretora, à época.
- 6- **Advogado:** Dr. Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM nº 6.975.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 164/2017-MP-MPC, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 9146/9147v).
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Manaus Previdência – MANAUSPREV. Exercício de 2012.

*Regularidade com Ressalva. Determinação. Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por unanimidade**, nos termos da proposta/voto da Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em discordância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do Manaus Previdência – MANAUSPREV, exercício de 2012, de responsabilidade da **Sra. Danielle Vasconcelos Correa Lima Leite**, ex-Diretora e Ordenador de Despesa, nos termos do inciso II do artigo 1º e inciso II do artigo 22 da Lei estadual nº 2.423/96, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do artigo 24, c/c o artigo 72, II, todos da Lei estadual nº 2.423/96;
- 10.2. **Determinar** ao Manaus Previdência MANAUSPREV, sob pena das contas do próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 22, III, “b” e “c”, da Lei estadual nº 2.423/96, que:
  - 10.2.1 adote medida de controles quanto às informações a serem prestadas a esta Corte de Contas por meio do sistema E-contas;
  - 10.2.2 observe a formação e critérios exigidos na nomeação dos cargos de direção e assessoramento;



**ACÓRDÃO Nº 922/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.2.3** recolha as contribuições previdenciárias da Prefeitura e da Câmara Municipal de Manaus, no período de janeiro a outubro de 2012, conforme inciso II do art. 6º da Lei de Parcelamento e Reparcimento nº 1.724/13;
- 10.2.4.** verifique se há investimentos em fundos administrados por empresas que respondem processos perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e/ou tem pouco tempo de atuação no mercado financeiro, a fim de se acautelar de eventuais riscos futuros nos investimentos;
- 10.2.5** observe previamente o histórico, a solidez e a idoneidade das empresas administradoras de fundos de investimentos, antes de decidir sobre a participação no Fundo de Investimento Renda Fixa em atenção ao disposto no art. 1º da Res. CMN nº 3.922/10 (condições da segurança e da transparência);
- 10.2.6** verifique o de memorial de cálculo de quantitativos (art. 6º, IX, “c” c/c o art. 7º, §4º, e art. 40, §2º, I e IV da Lei 8.666/93); - Estudos preliminares (viabilidade técnica, econômica e ambiental) – (art. 6º, IX, da Lei 8666/93); - Ausência de Composição dos encargos sociais/financeiros (Súmula TCU nº 258);
- 10.2.7** observe as regras descritas no plano de cargos e salários no momento da nomeação para provimento dos cargos de direção e assessoramento;
- 10.2.8** regularize a situação dos servidores que, ainda, encontram-se nos quadros do instituto na situação de acúmulo de cargos, conforme relação do item 15 da fundamentação legal do Relatório/Voto;
- 10.3. Recomendar** ao Manaus Previdência - MANAUSPREV origem para que considere, em seu juízo de conveniência e oportunidade, o disposto no art. 51 da Lei federal nº 8.666/93 na composição de suas futuras comissões de licitação, tendo em vista a complexidade e o volume de licitações a serem processadas pela referida comissão.

**11 Ata:** 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12 Data da Sessão:** 19 de setembro de 2017.

**13 Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de



**ACÓRDÃO Nº 922/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1 Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14 Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente, em exercício

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**

Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral